
Que histórias nos contam as notícias falsas? Uma proposta de abordagem para o fenômeno das fake news e desinformação¹

Seane Alves MELO²
Yuri GARCIA³
Jamer Guterres de MELLO⁴

Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, SP

RESUMO

Neste artigo buscamos investigar as implicações da dicotomização entre verdade/mentira nas discussões sobre *fake news*, desinformação e pós-verdade. Com o objetivo de propor uma abordagem que some novos dados sobre o fenômeno de propagação de notícias e informações falsas, este trabalho se divide em duas tarefas: 1) discutir a problemática conceitual nas nomenclaturas empregadas; 2) apresentar uma proposta de compreensão do fenômeno a partir dos estudos de narrativa. Assim, defendemos que compreender os ordenamentos e estruturações das notícias falsas podem nos indicar estratégias narrativas utilizadas para angariar aceitação massiva de determinadas histórias.

PALAVRAS-CHAVE: fake news; pós-verdade; desinformação; narrativa.

INTRODUÇÃO

O cenário contemporâneo tem permitido que alguns fenômenos – outrora ainda obscuros – ganhem crescente holofote e reconfigurações em torno de suas implicações. No meio do processo, conceitos e termos delimitadores perdem seu valor mais objetivo de explicação e são problematizados e debatidos demonstrando, cada vez mais, que, conforme Edgar Morin (2005) já identificava, a complexidade é repleta de paradoxos. Dentre eles, destacamos aqui a temática das ditas *fake news*, desinformação, pós-verdade e tantas outras nomenclaturas para a apropriação de discursos cuja legitimidade está em disputa e cuja factualidade ou contextualização são contestadas.

¹ Trabalho apresentado no GP Publicidade e Propaganda, 24º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Pesquisadora de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Anhembi Morumbi (PPGCOM-UAM), com bolsa Capes (PDPG). e-mail: seanemelo@gmail.com.

³ Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGCOM-UERJ), pesquisador de pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Anhembi Morumbi (PPGCOM-UAM), com bolsa Capes (PDPG). e-mail: yurigpk@hotmail.com.

⁴ Professor e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Anhembi Morumbi (PPGCOM-UAM), e-mail: jamermello@gmail.com.

Nesse sentido, torna-se essencial analisar as implicações oriundas da dicotomização do conteúdo exposto como “falso” dentro de uma categorização de verdade/mentira. Esse binarismo reverbera em duas questões exploradas, sobretudo, no jornalismo e no meio acadêmico: (1) a relação deste cenário atual com o discurso jornalístico de imparcialidade e objetividade; (2) a concepção de que uma série de teorias pós-modernas⁵, que desconstruíram uma ideia de “verdade absoluta”, teriam tornado todas as narrativas subjetivas, abrindo espaço para um relativismo que justificaria a disseminação de toda sorte de histórias e negacionismos.

A esse respeito, uma série de autores buscam empregar seus esforços investigativos. O trabalho de Muniz Sodré (2019), por exemplo, aponta uma delimitação essencial ao debate ao propor um retorno às noções de fato e falseabilidade e sua vinculação à prática jornalística. Fabiano Couto Corrêa da Silva (2023) explora a questão pelo vínculo empresarial e capitalista como uma já óbvia demonstração de um interesse político midiático. Alexandre Franco de Sá (2019) debate a noção de verdade dentro do próprio exercício político e demonstra que o governo soberano e os meios de comunicação detêm o poder do regime informativo e inserem o viés que julgam mais adequado em sua propagação. Já na vinculação do pensamento dito pós-moderno com o possível cenário de descrença narrativa, os jornalistas Michiko Katutani (2018) e Matthew D’Ancona (2018) são alguns de seus maiores críticos. Contudo, o importante trabalho de Moraes e Ribeiro (2023) demonstra a carência de fundamentação e contradiz o argumento de Katutani e D’Ancona como uma apropriação ainda muito rasa do termo e de sua compreensão.

Em concordância com o argumento de Ângela Teixeira de Moraes e Sandro Henrique Ribeiro (2023), parece-nos que uma busca em articular teorias que desconstroem uma noção de verdade absoluta com a ascensão da propagação de conteúdos manipulativos com intuito político demonstra um grande desconhecimento das abordagens teóricas em questão. Isso pode ser visto de diversas maneiras ao investigarmos o pensamento de nomes como Michel Foucault (1984, 1987, 2008), por exemplo, que demonstra que a construção discursiva se dá através de condições de possibilidades e exercícios de configuração e reconfiguração de poder. Obviamente,

⁵ Compreendemos que o termo pós-moderno é nebuloso e altamente contestado por alguns autores como Bruno Latour (1994). Nesse texto, nosso uso do termo possui um caráter apenas pragmático de identificação de uma terminologia amplamente disseminada e não uma busca de uma espécie de “defesa” de sua utilização.

percebe-se aqui já a indicação de uma estrutura hegemônica por trás de tal manutenção, cuja suposta autoridade é baseada em uma implementação de suas crenças como corretas⁶.

Assim, o que pode ser percebido é um movimento reverso, onde tais conteúdos podem ser vistos como um exercício ao retorno de crenças hegemônicas. Não à toa, esse fenômeno encontra ressonância com o advento de um neoconservadorismo como seu principal público⁷. Talvez, a melhor forma de interpretação seria a de que, em tempos de desconstrução de verdades universais, conteúdos mais histrionicamente distorcidos, manipulados ou totalmente fabricados evoquem um cenário em que a crença se estabelece pelo viés político que busca o retorno ao ordenamento.

Nesse sentido, o interesse dessa proposta reside justamente em apresentar uma compreensão teórica básica e introdutória desse cenário contemporâneo em que a verdade é posta em xeque através de uma intensificação da amplitude de discursos cuja intenção é criar um cenário desinformativo. Para isso, como primeiro passo, discutimos a problemática conceitual do palavreado utilizado em “pós-verdade”, *fake news* e desinformação.

Em um segundo momento, apresentamos um breve levantamento dos caminhos metodológicos escolhidos pelos pesquisadores para tratar de *fake news* e desinformação. Observamos, nesta revisão, que os estudos têm se preocupado com os fluxos de criação e disseminação de notícias ou informações falsas (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017; GRINBERG et al., 2019; GUNTHER; BECK; NISBET, 2019; VOSOUGHI; ROY; ARAL, 2018), com o consumo desses conteúdos em redes sociais (AÏMEUR; AMRI; BRASSARD, 2023; DUFFY; TANDOC; LING, 2020; TALWAR et al., 2019) e com os mecanismos de combate ao fenômeno, especialmente pautado no *fact checking* (KOTZIAS; COLOMBO; LAURINO, 2019; FOSSÁ; MÜLLER, 2019; SEIBT, 2019; TUMA; SALDANHA, 2019).

A partir deste quadro, propomos um novo caminho de contribuição para o fenômeno através dos estudos da narrativa. Isto é, partindo da compreensão de que a narrativa tem a capacidade de determinar os sentidos dos fatos, que provém de uma

⁶ Antes de Foucault, Nietzsche (2023) já apontava que a moral de determinada sociedade é constituída pelos que detém o poder e ditam suas regras e não por um suposto valor absoluto e transcendental prévio.

⁷ Aqui, é interessante apontar as recentes pesquisas de Erick Felinto sobre o avanço de uma extrema-direita e sua relação com pensamentos de ordenamento mais tradicionalistas como em “*Olavo tem Razão*”: *Olavo de Carvalho, esoterismo e os mitos conspiratórios do imaginário político neoconservador* (2022), “*Me parece verdadeiro pelo contexto*”: *Olavo de Carvalho, Conspiracionismo e a Desinformação como Programa político* (2023), “*Nenhum Brasil Existe*”: *Atmosferas Conspiratórias e Cosmovisão Reacionária nos Documentários da Brasil Paralelo* (2023).

experiência codificada de acordo com valores culturalmente compartilhados (ETTEMA; GLASSER, 1998), acreditamos que compreender os ordenamentos e estruturas que são acionados na construção das notícias falsas pode nos fornecer novos dados sobre as estratégias narrativas que podem estar sendo utilizadas para angariar aceitação massiva de determinadas histórias.

FAKE NEWS, DESINFORMAÇÃO E PÓS-VERDADE

Antes de entrarmos no domínio discursivo da temática, é essencial destacar um intuito mais teórico de problematizar tal questão. Em um cenário contemporâneo em que a divulgação de conteúdos questionáveis (por critérios de *fact checking* e descontextualização informativa) possui um espaço na arena política *stricto sensu* cada vez mais determinante em termos governamentais, a terminologia *fake news* possui um caráter pragmático que ainda parece ser a melhor escolha ao lidar com essa disseminação que ganha uma dimensão viral no campo midiático. Contudo, em território acadêmico, uma busca por efetuar uma compreensão de tal fenômeno por uma perspectiva mais complexa pode ser essencial para identificar formas de lidar com esse território de disputas narrativas.

Nossa proposta possui uma delimitação temporal que compreende tal fenômeno em um envolvimento que perpassa a tecnologia digital atual e suas formas de criação e propagação de conteúdo com o componente humano que consome, produz e reproduz. Assim, nosso estabelecimento inicial busca analisar tal fenômeno em seu viés de expressividade, como diria Bakhtin (1997, 2006). O filósofo russo pode auxiliar em uma abordagem da questão por uma perspectiva relacional, estabelecendo um processo dialógico que implica em compreender que enunciados prévios fomentam o contexto discursivo. O público para quem é direcionado, juntamente com o intuito e o conteúdo, estabelece o tema, a estrutura composicional e os recursos estilísticos que serão utilizados.

Assim, percebemos uma certa limitação no enquadramento atual desse fenômeno pelas nomenclaturas *fake news*, desinformação e pós-verdade. Esses termos, apesar do inegável alcance e identificação mais pragmática na arena midiática, descartam o intuito propagandista por trás desse fenômeno e o delimitam dentro de uma oposição ao que seria um relato de ordem mais factual. Além disso, introduzem evidente binarismo em sua

compreensão ainda como uma espécie de discurso contrário ao jornalismo (em uma perspectiva mais específica) ou à comunicação (em uma perspectiva mais ampla).

Como já apontado em nossa introdução, “*fake news*” instaura uma espécie de categorização das notícias. Aqui, a compreensão lógica seria a oposicional em uma nova formatação que apresenta notícias falsas, ao invés de verdadeiras. Portanto, recaímos, primeiramente, em um binômio entre falso e verdadeiro. Em segundo lugar, passamos então à conclusão de que o jornalismo retrata a verdade.

Encontrando grande ressonância com essa lógica, temos a ideia de pós-verdade. Seguindo os mesmos critérios, a questão da verdade é trazida à tona novamente. Aqui, temos a implicação de que vivemos em um tempo em que as múltiplas narrativas desconfiguram o caráter verdadeiro universalista anterior. Ambas essas visões demonstram o mesmo problema: uma necessária aplicação de uma verdade transcendental universalista como mecanismo oposicional de identificação de determinados conteúdos.

Desinformação, por sua vez, denota o óbvio binarismo entre informação e desinformação, através do prefixo *des*. A lógica aqui seria a de que um conteúdo que possui uma mentira, por exemplo, não seria informação. Apesar de parecer distante dos outros dois termos, cria uma validação do que é considerado informacional e desinformacional. A informação, assim, seria uma forma discursiva dotada de uma utilidade, um conteúdo que agrega alguma espécie de conhecimento. Ora, no caso do exemplo de uma mentira, não estaria ela também sendo útil e agregando uma informação (ou um conhecimento)? Se considerarmos uma mentira desinformacional, então voltamos, novamente à necessidade de estabelecer uma espécie de verdade que seja universal, que possa ser a validação de uma utilidade informacional.

Nesse sentido, um breve retorno teórico às noções de comunicação e informação já nos auxiliam em uma explanação inicial. Luiz C. Martino (2010, p. 14-15) resume que, de uma forma mais simples, comunicação seria “compartilhar um mesmo objeto de consciência”, produzindo uma “relação entre consciências”. Seguindo a exposição do autor, informação seria o processo comunicativo onde uma consciência decodificaria o que foi codificado por quem produz a mensagem, ou seja, uma materialização do conteúdo em uma relação de apropriação da mensagem por outrem (MARTINO, 2010, p. 17). Dessa forma, a identificação de um conteúdo dentro de uma categorização verdade x mentira não faria diferença no sentido comunicacional ou informacional, visto que o

essencial para a construção de uma comunicação ou uma informação é o processo relacional discursivo e não um julgamento da valoração do conteúdo.

Além disso, a dicotomia entre verdade e mentira implica em relações de disputa de validação de epistemes e códigos normativos vistos pelas noções de ética e moral ou ascendendo ao discurso universalista transcendental de uma hegemonia dominante. Investigando essa valoração do conteúdo, poderíamos retomar a própria noção de construção de verdades através de condições de possibilidades fomentadas por configurações e reconfigurações de lógicas discursivas de poder, como apontado por Foucault (1984, 1987, 2008). Antes disso, Nietzsche (2023) já demonstrava que nossos valores e códigos éticos e morais não são oriundos de uma universalidade *a priori*, mas de uma estruturação através de forças de dominância que constroem a narrativa a seu favor. Poderíamos fazer uma exaustiva exposição teórica sobre o assunto, mas a rápida menção a esses dois nomes (que, apesar de sua relação óbvia, são de períodos diferentes de história das ciências) já demonstram que uma busca de validação de uma noção de verdade como contraponto ao fenômeno contemporâneo analisado perpassa algumas problemáticas teóricas.

Em uma abordagem sobre os discursos de âmbito propagandista político que constroem narrativas ficcionais, distorcidas ou descontextualizadas (pela exposição acima da carência de uma nomenclatura mais apropriada, adotamos aqui essa identificação provisória), elencar o jornalismo como detentor da verdade pode apresentar também outras reverberações. Como exposto anteriormente, Fabiano Couto Corrêa da Silva (2023) nos lembra que grande parte dos grandes veículos midiáticos possuem lógicas capitalistas e interesses hegemônicos por trás de sua composição. Assim, uma determinação de uma fonte de discurso como legítima em paralelo com uma ilegítima reverbera em construções de poder hierárquicos sobre os enunciados.

Aqui, o argumento sobre a relação com o pensamento tido como pós-moderno encontra uma ressonância central. Segundo a principal crítica sobre o assunto, a denúncia sobre os mecanismos de poder instaurando uma noção de verdade universal e o advento de uma noção de perspectivismo inauguram uma crise de confiança narrativa. Além dos trabalhos de ordem mais jornalística que se tornaram célebres como os de Katutani (2018) e D’Ancona (2018) apontados anteriormente, investigações de teóricos com um arcabouço teórico mais denso, como Juremir Machado (2019), também creditam ocasionalmente essa quebra de paradigma epistêmico como um dos fatores determinantes

desse cenário. Segundo o autor, o fenômeno não é uma novidade e sim uma reconfiguração de práticas de falseabilidade anteriores em um cenário tecnológico novo e com um contexto em que desconfianças narrativas e a noção de variação de perspectiva fomentam novas apropriações desses discursos.

Aqui, concordamos com a visão inicial de Machado (2019) sobre essa reconfiguração tanto tecnológica quanto contextual e epistêmica, todavia não a percebemos como causa e sim como apropriação. O pensamento pós-moderno não se torna motivo do atual cenário, mas possibilita a cooptação equivocada de algumas de suas premissas. Pois, se a lógica por trás da construção de discursos hegemônicos é uma lógica de poder, uma perspectiva teórica que denuncia essa construção parece ser utilizada agora de maneira torpe para justificar uma invalidação de discursos contra hegemônicos ou uma validação de discursos ficcionais, distorcidos ou descontextualizados de figuras cujo interesse é uma instauração de um poder hegemônico como uma outra perspectiva. O problema reside em partir de uma premissa central (diferentes perspectivas e desconfiança narrativa) para uma adequação que ignora o mecanismo principal do argumento: configurações e reconfigurações de poder que possibilitam as construções dessas “verdades” surgem das classes dominantes (ou das elites sociopolíticas). Uma voz apagada não seria a dos militares que instauraram uma ditadura, por exemplo, e, sim, dos que foram perseguidos pelo regime.

Em outras palavras, acreditamos que, em vez de ser compreendido como fruto de um pensamento pós-moderno – tendo em vista a desconfiança acionada por essa perspectiva para as narrativas hegemônicas –, o fenômeno dos discursos ficcionais, distorcidos ou descontextualizados procuram retomar um caminho anterior na medida em que reivindicam para si o caráter verdadeiro universalista. Isto é, a partir deste fenômeno, o público não tem a percepção de que há diferentes versões de um fato, mas é convocado a escolher a sua versão, que passará a ser a única “verdadeira”. Através desta hipótese, acreditamos que se abrem alguns caminhos de análise para o fenômeno a partir dos estudos da narrativa. Mas, antes de apresentá-lo, faremos uma breve revisão dos caminhos de metodológicos já percorridos por alguns pesquisadores da Comunicação.

CAMINHOS ABERTOS PARA A COMPREENSÃO

Como sinalizamos no tópico anterior, as expressões “*fake news*” e “desinformação” cumprem um papel pragmático no âmbito político. No campo teórico, especialmente naqueles vinculados ao Jornalismo, há um esforço, notadamente a partir de 2017, em construir uma base conceitual que possibilite uma instrumentalização dos termos para construção de conhecimento sobre o fenômeno que representam.

Utilizando a ferramenta Research Rabbit e tomando como ponto de partida a palavra-chave “*fake news*”, identificamos alguns artigos que se destacaram e se tornaram referência para outras pesquisas. Dentre eles, o trabalho de Hunt Allcott e Matthew Gentzkow (2017) aparece como um dos mais influentes. Nele, os autores optam por uma definição instrumental de *fake news* que enfatiza sua intencionalidade, a possibilidade de verificação e seus efeitos. Para eles, a expressão define notícias que são: “intencionalmente e, de forma verificável, falsas, e que podem enganar o leitor” (p. 213)⁸.

Os autores também tomam o cuidado de separar as notícias que cumprem esses requisitos de seus “primos próximos” e as enumeram como: (1) informações incorretas não intencionais; (2) rumores que não possuem origem de qualquer fonte jornalística; (3) teorias da conspiração; (4) sátiras dificilmente compreendidas como factual; (5) declarações falsas; (6) informações enviesadas ou descontextualizadas, mas não totalmente falsas (ALLCOTT e GENTZKOW, 2017, p. 214).

Ainda que a definição tenha servido ao propósito estabelecido pelos autores de delimitação do seu corpus de análise, o reconhecimento desses primos próximos indica uma complexidade que requer mais elaboração. É neste contexto que se insere o trabalho de Edson Tandoc et al (2018). Instigados pela variedade de fenômenos definidos como *fake news*, os autores revisam os artigos publicados até 2017 para estabelecer uma tipologia das definições, em torno dos domínios da factualidade e da intenção. Como resultado, identificam seis diferentes usos e definições do termo como sátira, paródia, fabricação, manipulação, publicidade e propaganda. Aqui, não iremos detalhar cada apropriação, mas destacar os pontos em comum. Em todos os casos, *fake news* se refere a produtos que se apropriam da aparência ou da sensação dos produtos jornalísticos (as notícias, noticiários, as estruturas de sites de notícias etc.). Os tipos identificados também levam os autores a apontar para dois domínios de organização desse fenômeno: alta ou

⁸ “intentionally and verifiably false, and could mislead readers” (e GENTZKOW, 2017, p. 213).

baixa factualidade e alta ou baixa intenção de enganar. Essa delimitação busca situar melhor cada manifestação dos discursos ficcionais, distorcidos ou descontextualizados.

Em outro trabalho (DUFFY et al, 2020), no qual Tandoc e Ling também participam como coautores, volta-se a defender o uso de “fake news” no âmbito acadêmico, alegando que “[...] se usadas corretamente, [notícias falsas] referem-se a um fenômeno específico que ocorre quando a desinformação assume a forma de uma notícia, de modo a aproximar a legitimidade que a sociedade associa às notícias reais” (p. 3)⁹. Vosoughi et al (2018), em contrapartida, argumentam que o uso político do termo compromete seu uso em uma classificação acadêmica.

Além dos trabalhos voltados para uma definição do fenômeno, observamos que há também um grande interesse nos fluxos ou caminhos de disseminação dos discursos ficcionais, distorcidos ou descontextualizados. Isso pode ser observado tanto no trabalho onipresente de Allcott e Gentzkow (2017), quanto em Duffy et al (2020) e Vosoughi et al (2018). Este foco na disseminação reflete também a preocupação dos estudos de Comunicação e Jornalismo com o combate ao fenômeno. Nesse mesmo sentido, encontramos em nossa breve revisão outros trabalhos dedicados a discutir (propostas de) soluções, dentre as quais se destaca o *fact checking* (KOTZIAS; COLOMBO; LAURINO, 2019; FOSSÁ; MÜLLER, 2019; SEIBT, 2019; TUMA; SALDANHA, 2019). A proposta de checagem de informações que tem crescido na imprensa, seja como projeto dos próprios veículos ou em agências especializadas em checagem, em grande parte, se origina na mesma compreensão de *fake news* de Allcott e Gentzkow (2017), isto é, uma informação que pode ser verificada e comprovada como falsa. Além de ignorar as diferentes compreensões e disputas em torno da noção, o *fact checking* vem sendo analisado não apenas em relação à sua velocidade de disseminação (comparativamente ao conteúdo falso que desmente), mas também em relação a sua eficiência (KOTZIAS; COLOMBO; LAURINO, 2019; FOSSÁ; MÜLLER, 2019). Na maior parte dos casos, a discussão também é acompanhada por uma reflexão sobre as consequências da solução para a legitimidade do jornalismo. Fossá e Müller (2019, p. 468-469), inclusive, defendem que a checagem da notícia chega se constituir em uma nova narrativa voltada para a apuração, na qual a história e o processo são assumidos como possuidores de valor informativo.

⁹ “[...] if used properly, [fake news] refers to a specific phenomenon which is when misinformation takes the form of a news story so as to approximate the legitimacy which society associates with real news” (p. 3).

Defendendo uma postura mais multidisciplinar, Lazer et al. (2018) acreditam que as soluções poderiam seguir dois caminhos: uma voltada para o empoderamento dos consumidores e outra, para mudanças nas plataformas de redes sociais onde a maior parte dos discursos em questão se proliferam. Em ambos os casos, os autores identificam pontos fracos e ressalvas, mas defendem o trabalho interdisciplinar para reformular o design do ecossistema de notícias do séc. XXI.

Neste trabalho, buscamos apresentar ainda uma outra perspectiva para os estudos dos discursos ficcionais, distorcidos e descontextualizados, que não necessariamente exclui ou se opõe às contribuições anteriores. Entre a factualidade ou veracidade, a capacidade de disseminação e às formas de combate, nos interessa também observar a configuração desses discursos.

A NARRATIVA COMO REGULADORA DAS HISTÓRIAS QUE PODEM SER CONTADAS

Retomando a hipótese de que o fenômeno dos discursos ficcionais, distorcidos ou descontextualizados revela um cenário político onde há um tensionamento para a instauração de um poder hegemônico como uma outra perspectiva, isto é, que busca um retorno ao ordenamento, iniciamos uma reflexão sobre a configuração narrativa e sua vinculação a uma ordem. Um primeiro ponto para captar a relação entre narrativa e ordenamento é a compreensão do historiador Hayden White (apud ETTEMA; GLASSER, 1998) de que os fatos não acontecem na forma como estão dispostos na narrativa (jornalística, histórica, etc.) e de que sua compreensão deriva, em grande medida, do ordenamento que recebem.

Apesar de conferir à narrativa a capacidade de determinar o sentido dos fatos, White não sugere que este sentido esteja à mercê da intenção do autor (o historiador, o jornalista). A configuração narrativa, na verdade, está vinculada a uma ordem de existência moral ou, em outras palavras, à nossa experiência codificada de acordo com valores culturalmente compartilhados (ETTEMA; GLASSER, 1998, p. 113). Assim, as narrativas parecem mais verossímeis quanto mais se aproximam da experiência compartilhada pelo senso comum. Apropriando esse pressuposto para o jornalismo investigativo, Ettema e Glasser argumentam que, ainda que este não seja um gênero jornalístico que faça apologia de valores dominantes, a visão moral fundamental do

jornalismo é culturalmente conservadora, no sentido de que está comprometida com a conservação de valores como decência, honestidade e liberdade individual. Isso se manifestaria narrativamente em um duelo dramático entre vítima e vilão, onde a inocência da vítima deve ser cuidadosamente construída na narrativa.

Um exemplo apontado pelos pesquisadores dentro de um corpus analítico de vencedoras do Prêmio Pulitzer, mostra uma reportagem que denunciava a ocorrência de estupro em uma prisão municipal. Uma estratégia utilizada pela jornalista Loretta Tofani para reter a atenção (e indignação) dos leitores e das autoridades, foi a de construir a inocência das vítimas. Para isso, ilustrou a matéria com casos como o de um estudante de 20 anos que havia sido detido por dirigir bêbado e estava esperando a chegada da mãe para o pagamento da fiança de \$50 dólares quando foi abusado coletivamente.

Outro aspecto interessante do trabalho de Ettema e Glasser (1998) diz respeito aos vilões. Os autores constataram que o verdadeiro culpado apontado pelos jornalistas normalmente eram as falhas do “sistema” (na maior parte dos casos, representado pela instituição policial). Assim, ainda tomando como exemplo o caso dos estupros na cadeia, nem os guardas das celas (baixos oficiais) ou os próprios estupradores foram responsabilizados pelos crimes, mas, os administradores da prisão que falharam em manter a segurança dos detentos. Com a disposição de todos esses elementos na reportagem, os autores concluem que o material jornalístico se aproxima da tragédia.

A defesa da reportagem jornalística como uma narrativa que é codificada culturalmente em uma experiência comum pode nos ajudar a compreender também os discursos ficcionais, distorcidos e descontextualizados que, como vimos anteriormente, tomam de empréstimo a aparência das notícias. Para avançar nesse caminho, precisamos então nos debruçar um pouco mais na estruturação da narrativa.

Com Ricoeur (1994), a tessitura da intriga ganha a forma de uma estruturação que ocorre num processo de mediação entre a prefiguração da experiência prática e a refiguração da narrativa na recepção. Esse processo é compreendido em três mimeses, palavra utilizada pelo autor no sentido aproximado ao *mythos*, em Aristóteles, isto é, no sentido de agenciamento dos fatos em sistema.

De acordo com o filósofo, a mimese I marca a passagem da ordem paradigmática da ação para a ordem sintagmática do texto, a passagem do terreno do “fazer” para o mundo do texto, quando “os termos da semântica da ação adquirem integração e atualidade” (RICOEUR, 1994, p. 91). A atualidade da ação diz respeito ao encadeamento

sequencial dos agentes e suas ações, que antes só possuíam uma significação em potencial. Já a integração diz respeito à junção de elementos tão heterogêneos quanto agentes, motivos e circunstâncias e sua operacionalização conjunta.

De modo geral, podemos dizer que a mimese I representa o enraizamento da composição da intriga em uma pré-compreensão do mundo da ação: “Compreender uma história é compreender ao mesmo tempo a linguagem do “fazer” e a tradição cultural da qual procede a tipologia das intrigas” (RICOEUR, 1994, p. 91). Isso implica em uma ação que só pode ser narrada porque está desde sempre mediatizada simbolicamente. É apenas em uma cimentação cultural que uma narrativa pode ser compreendida e julgada.

Quando trata da mimese I, Ricoeur também se aproxima da ideia de ordem de existência moral de White, quando defende que é em função das normas imanentes a uma cultura que as ações podem ser estimadas ou apreciadas “segundo uma escala de preferência moral”, isto é, recebem um valor relativo. Para Ricoeur, a ação nunca pode ser eticamente neutra. A partir disto, Ettema e Glasser também poderiam defender o ponto de que a configuração dos fatos em narrativa implica a atribuição de um valor, mas isso não estaria restrito a determinado tipo de jornalismo, mas, sim, a qualquer trabalho de inscrição de ações em texto. De forma geral, podemos então compreender esta primeira mimese como o processo de prefiguração das ações que serão transformadas em narrativa, no qual a compreensão prática e narrativa (no sentido de identificar agentes, funções, motivações etc.) juntamente com as representações sociais e os discursos circulantes, determinam os entendimentos possíveis dessas ações.

Ricoeur define a mimese II como o reino do “como se”, ou o reino do agenciamento dos fatos propriamente dito. Esta segunda mimese é caracterizada, sobretudo, pela mediação entre um estágio anterior e ulterior da mimese. Esse caráter dinâmico de mediação será enfatizado pelo autor ao longo de todo o espaço que dedica para a sua explicação. Podemos entender, assim, a mimese II como a tessitura da intriga, que, por sua vez, é uma operação que “extraí de uma simples sucessão uma configuração” (RICOEUR, 1994, p. 103). Aqui, é importante pontuar a compreensão de que uma série de fatos organizados cronologicamente não forma uma unidade; por meio da tessitura da intriga ela ganha nova configuração e forma uma nova totalidade significativa (e temporal).

A mimese II, traz a mediação entre o acontecimento e a história e é marcada por uma posição intermediária entre a pré-figuração do tempo da ação (mimese I) e a

restituição da narrativa a esse “tempo do agir e do padecer” (mimese III). Para autor, “é bem no ouvinte ou no leitor que se conclui o percurso da mimese” (RICOEUR, 1994, p. 110). Por isso, a mimese III representa a intersecção entre o mundo do texto e o mundo do leitor. Neste trabalho, não nos aprofundaremos neste processo, mas é necessário ter em mente que o ato da leitura se articula, para Ricoeur, com o mesmo dinamismo do ato configurante. Ela o prolonga e conduz a seu termo; a leitura é “o vetor da aptidão da intriga de modelar a experiência” (RICOEUR, 1994, p. 111).

Quando construiu essa estruturação, Ricoeur pensava especificamente na história, isto é, em acontecimentos que são transpostos ao relato/texto. No entanto, por mais que não estejamos falando de discursos fundamentados em acontecimentos, é interessante refletir sobre o papel que as representações sociais e os discursos circulantes podem assumir nos discursos ficcionais, distorcidos e descontextualizados. Nossa hipótese inicial é de que, se as notícias parecem mais verossímeis quanto mais se aproximam da experiência compartilhada pelo senso comum, o mesmo vale para *fake news*. Então, nos interessa julgar que ações simbolicamente mediatizadas esses discursos ficcionais, distorcidos e descontextualizados refletem. Se as reportagens tendem a se aproximar das tragédias, o que poderíamos falar destes novos fenômenos? Que empréstimos tomam dos códigos culturais compartilhados em sociedade, especialmente aqueles relacionados à composição narrativa, para garantir a sensação de real?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em caráter emergencial de intensa propagação de conteúdos variados com finalidades duvidosas, a dicotomia entre verdade e mentira possui um caráter prático essencial. E aqui, o trabalho jornalístico de *fact checking* tem sido um mecanismo de extrema importância em nossa arena sociopolítica e cultural. Contudo, a compreensão desse fenômeno através desse binarismo também implica em uma espécie de formulação de determinados meios ou canais como detentores da verdade – o que implica em outras formas de configurações de poder e interesse políticos.

A partir de breve revisão dos termos *fake news*, desinformação e pós-verdade, apontamos para um cenário político onde há um tensionamento para a instauração de um poder hegemônico como uma outra perspectiva ou, simplesmente, de uma busca a um retorno ao ordenamento. Diante desta percepção, propomos mais uma perspectiva de

estudo para o fenômeno dos discursos ficcionais, distorcidos e descontextualizados, fundamentada nos estudos da narrativa de Ricoeur. Para essa proposta, enfatizamos principalmente o que o autor defende em relação à mimese I, a partir da qual se compreende que uma narrativa pode ser compreendida e julgada porque existe uma cimentação cultural.

O objetivo deste artigo era de apresentar e defender uma proposta inicial que se desdobrará em outros estudos de cunho empírico a fim de mapear os possíveis códigos e estratégias narrativas que garantem que as *fake news* sejam verossímeis para os leitores.

REFERÊNCIAS

AÏMEUR, Esma; AMRI, Sabine; BRASSARD, Gilles. **Fake news, disinformation and misinformation in social media: a review**. [s.l.] Springer Vienna, 2023. v. 13

ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. Social media and fake news in the 2016 election. **Journal of Economic Perspectives**, v. 31, n. 2, p. 211–236, 2017.

BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHÍNOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo Martins Fontes, 1997.

D’ANCONA, Matthew. **Pós-Verdade: a nova guerra contra fatos em tempos de fake News**. Barueri: Faro Editorial, 2018.

DUFFY, Andrew; TANDOC, Edson; LING, Rich. Too good to be true, too good not to share: the social utility of fake news. **Information Communication and Society**, v. 23, n. 13, p. 1965–1979, 2020.

ETTEMA, James S.; GLASSER, Theodore L. **Custodians of conscience: investigative journalism and public virtue**. New York: Columbia University Press, 1998.

FELINTO, Erick. “Me parece verdadeiro pelo contexto”: Olavo de Carvalho, Conspiracionismo e a Desinformação como Programa político. **Revista Eco-Pós** (Online), v. 26, p. 12-30, 2023.

FELINTO, Erick. “Nenhum Brasil Existe”: Atmosferas Conspiratórias e Cosmovisão Reacionária nos Documentários da Brasil Paralelo. **Significação-Revista de Cultura Audiovisual**, v. 50, p. 1-13, 2023.

FELINTO, Erick. “Olavo tem razão”: Olavo de Carvalho, esoterismo e os mitos conspiratórios do imaginário político neoconservador. In: MARTONI, Alex; ARRAES, Marcos; OLIVEIRA, Victor. **Assombros da história: memória, técnica, política**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.

FOSSÁ, Maria Ivete T.; MÜLLER, Kauane A. Crosscheck as a legitimization strategy of the journalism field in response to fake news. **Brazilian Journalism Research**, v. 15, n. 3, p. 430–451, 2019.

-
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008.
- FRANCO DE SÁ, Alexandre. Pré-Verdade, Verdade e Pós-Verdade: um percurso rumo à política contemporânea. In: FIGUEIRA, João; SANTOS, Sílvio (orgs.). **As Fake News e a Nova Ordem (Des)Informativa na era da Pós-Verdade**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.
- GRINBERG, Nir. et al. Political science: Fake news on Twitter during the 2016 U.S. presidential election. **Science**, v. 363, n. 6425, p. 374–378, 2019.
- GUNTHER, Richard; BECK, Paul A.; NISBET, Erik C. “Fake news” and the defection of 2012 Obama voters in the 2016 presidential election. **Electoral Studies**, v. 61, n. June 2018, p. 102030, 2019.
- KATUTANI, Michiko. **A morte da verdade**: notas sobre a mentira na era Trump. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2018.
- KOTZIAS, Marina; COLOMBO, Renan; LAURINO, Talita. Projeto Comprova: estratégias de apuração e resultados da checagem de fatos nas eleições presidenciais brasileiras. VI Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo. **Anais...2019**.
- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- LAZER, David M. J. et al. The science of fake news. **Science**. n. 359, 2018, p. 1094-1096.
- MACHADO, Juremir. Fake News, a novidade das velhas falsificações. In: FIGUEIRA, João; SANTOS, Sílvio (orgs.). **As Fake News e a Nova Ordem (Des)Informativa na era da Pós-Verdade**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.
- MARTINO, Luiz C.. “De qual comunicação estamos falando?”. In: HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. **Teorias da Comunicação**: Conceitos, escolas e tendências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- MORAES, Ângela Teixeira de; RIBEIRO, Sandro Henrique. Os Deslocamentos dos Sentidos da Pós-verdade: uma análise da apropriação do termo por jornalistas que comentam fake news. In: ANAIS DO 32º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2023, São Paulo. **Anais eletrônicos...** Campinas, Galoá, 2023.
- MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Sobre e genealogia da moral**: um escrito polêmico. Porto Alegre: L&PM, 2023.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa (tomo 1)**. Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papyrus, 1994.
- SEIBT, Tais. Fact-checking, Democracy and Public Transparency: The 2018 Brazilian Elections Case. Global Investigative Journalism Conference. **Anais...Hamburg**: 2019.

SILVA, Fabiano Couto Corrêa da. A Sociedade da Desinformação. **Revista Logeion: Filosofia da Informação**. v.9, n.1, 2023.

SODRÉ, Muniz. O Facto Falso: Do Factóide às Fake News. In: FIGUEIRA, João; SANTOS, Sílvio (orgs.). **As Fake News e a Nova Ordem (Des)Informativa na era da Pós-Verdade**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

TALWAR, Shalini et al. Why do people share fake news? Associations between the dark side of social media use and fake news sharing behavior. **Journal of Retailing and Consumer Services**, v. 51, n. May, p. 72–82, 2019.

TANDOC, Edson C.; LIM, Zheng Wei; LING, Richard. Defining “fake news”. **Digital Journalism**, 6:2, 137-153, 2018. DOI: 10.1080/21670811.2017.1360143

TUMA, Ana Beatriz.; SALDANHA, Felipe. Fact-checking e debunking na cobertura de saúde: análise comparativa das estratégias utilizadas e temas abordados por serviços brasileiros de checagem. VI Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo. **Anais...**2019.

VOSOUGHI, Soroush; ROY, Deb; ARAL, Sinan. The spread of true and false news online. **Science**, 359(6380), 1146–1151 | 10.1126/science.aap9559. v. 1151, n. March, p. 1146–1151, 2018.